

Fiesp renova parceria com CNJ para ajudar reinserção de ex-presidiários



A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) renovou seu apoio ao programa *Começar de Novo*, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para estimular a reinserção de ex-presidiários no mercado de trabalho. O presidente da entidade, Paulo Skaf (*na foto ao lado cumprimento o ministro Gilmar Mendes*), firmou novo acordo na tarde desta terça-feira (17/11) em que promete abrir vagas na construção civil.

Skaf disse que o foco do trabalho desenvolvido pela Fiesp no *Começar de Novo* é a formação de profissionais preparados para trabalhar na construção civil. Ele lembrou que essa área é estratégica por estar em crescimento e gerando muitos empregos. Ele contou que a parceria anteriormente firmada com o CNJ será ampliada e incrementada por meio de cursos oferecidos pelo Sesi de São Paulo.

Skaf citou ainda convênio firmado pelo CNJ com o Comitê Organizador da Copa do Mundo para que egressos sejam contratados para trabalhar nas obras da Copa do Mundo de 2014. O CNJ também já tem planos para fazer acordo semelhante para as Olimpíadas de 2016.

O presidente do CNJ, Gilmar Mendes, comemorou o convênio e afirmou que o *Começar de Novo* “não é apenas um programa humanístico, mas um programa de segurança pública”. Mais de 17 mil pessoas presas foram libertadas com os mutirões carcerários promovidos pelo CNJ, número considerado bastante elevado por Mendes. “A libertação dessas pessoas tem de ser acompanhada de um séria política de reintegração social, já que sem política consistente de reinserção, haverá um grande índice de reincidência”, afirmou.



“Tudo isso faz bem ao Brasil, faz bem para toda a sociedade brasileira”, afirmou Skaf, referindo-se também a parcerias firmadas pela entidade com o CNJ para contribuir com a Semana da Conciliação, projeto que visa evitar o ingresso de processos no Judiciário por meio de conciliação entre as partes envolvidas em algum litígio. Segundo o presidente da Fiesp, “o Brasil não é mais visto como o país do futuro, mas como o país do presente”, e que a segurança jurídica é fundamental para firmar essa percepção do país. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal.*

Date Created

18/11/2009